

**A LÍNGUA BRASILEIRA E A  
CONFIGURAÇÃO DO  
TERRITÓRIO: AS RELAÇÕES  
DE PODER ENTRE  
NHEENGATU, O DIALETO  
CAIPIRA E A LÍNGUA  
PORTUGUESA**

*THE BRAZILIAN LANGUAGE AND  
THE CONFIGURATION OF THE  
TERRITORY: POWER RELATIONS  
BETWEEN NHEENGATU, THE  
CAIPIRA DIALECT AND THE  
PORTUGUESE LANGUAGE*

*LA LANGUE BRÉSILIEUNE ET LA  
CONFIGURATION DU  
TERRITOIRE: LES RELATIONS DE  
POUVOIR ENTRE LE  
NHEENGATU, LE DIALECTE  
CAIPIRA ET LA LANGUE  
PORTUGAISE*

Osmar Fabiano de Souza Filho

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em  
Geografia (mestrado/doutorado), Universidade Estadual  
de Londrina/UUEL

E-mail: osmar.fabiano980@uel.br

Léia Aparecida Veiga

Docente no Programa de Pós-Graduação em Geografia  
(mestrado/doutorado), Universidade Estadual de  
Londrina/UUEL

E-mail: leia.veiga@uel.br

**Resumo:**

A formação do território brasileiro pode ser analisada a partir de diferentes perspectivas, sendo ainda pouco explorada aquela pautada na língua. A pesquisa desenvolvida aqui justifica-se pela fraca produção de estudos abordando a interseção entre a Geografia e o uso da língua como elemento de dominação na constituição de um território. Com recorte temporalmente situado no período pós-1808, quando os interesses portugueses e o papel do Brasil colônia passaram por transformações significativas, objetiva-se refletir sobre a formação territorial brasileira considerando a língua como um importante recurso de dominação para a constituição e legitimação do território. Trata-se de uma discussão teórica com levantamentos junto a fontes bibliográficas e documentais. Conclui-se que a compreensão das relações de poder entre as línguas na formação do território brasileiro não deve ser dissociada do contexto contemporâneo. A luta pela preservação das línguas marginalizadas e o repúdio ao extermínio dos povos indígenas são atos fundamentais na desconstrução das estruturas que perpetuam a dominação.

**Palavras-chave:** Território, Língua, Poder, Dominação, Brasil.

**Abstract:**

The formation of Brazilian territory can be analysed from different perspectives, and the one based on language is still little explored. The research developed here is justified by the low production of studies addressing the intersection between Geography and the use of language as an element of domination in the constitution of a territory. With a time frame situated in the period after 1808, when Portuguese interests and the role of colonial Brazil underwent significant transformations, the aim is to reflect on Brazilian territorial formation, considering language as an important resource of domination for the constitution and legitimisation of territory. This is a theoretical discussion with surveys of bibliographical and documentary sources. The conclusion is that understanding the power relations between languages in the formation of Brazilian territory should not be dissociated from the contemporary context. The fight to preserve marginalised languages and the rejection of the extermination of indigenous peoples are fundamental acts in deconstructing the structures that perpetuate domination.

**Keywords:** Territory, Language, Power, Domination, Brazil.

**Résumé:**

La formation du territoire brésilien peut être analysée sous différents angles, et la langue est encore peu explorée. Les recherches développées ici se justifient par la faible production d'études abordant l'intersection entre la géographie et l'usage de la langue comme élément de domination dans la constitution d'un territoire. En se concentrant sur la période postérieure à 1808, lorsque les intérêts portugais et le rôle du Brésil colonial ont subi d'importantes transformations, l'objectif est de réfléchir sur la formation territoriale brésilienne, en considérant la langue comme une ressource importante de domination pour la constitution et la légitimation du territoire. Il s'agit d'une discussion théorique avec des enquêtes sur les sources bibliographiques et documentaires.

En conclusion, la compréhension des relations de pouvoir entre les langues dans la formation du territoire brésilien ne doit pas être dissociée du contexte contemporain. La lutte pour la préservation des langues marginalisées et la répudiation de l'extermination des peuples indigènes sont des actes fondamentaux dans la déconstruction des structures qui perpétuent la domination.

**Mots-clés:** Territoire, Langue, Pouvoir, Domination, Brésil.

**Introdução**

Discutir a formação territorial e do próprio espaço na Geografia envolve complexidades, sendo necessário considerar as múltiplas relações de poder que se manifestam através de inúmeros elementos na constituição do território. Com a dominação da compreensão espaciotemporal de uma sociedade, influenciando assim sua prática social, legitima-se o território e a formação espacial. Nesse sentido, elementos que envolvem aspectos culturais, políticos, econômicos e sociais são colocados em destaque nas relações de poder, visando serem dominados por grupos que, a partir disso, constituem o território.

Com essa perspectiva, este trabalho abarcou as primeiras reflexões dos autores sobre a língua como um elemento de disputa territorial, ou seja, estando ela diretamente envolvida nas relações em disputa para a constituição do território. Assim, o elemento central é a questão da língua e seu papel na formação territorial brasileira, algo pouco abordado em pesquisas da Geografia (Souza, 2020).

Importa destacar que a questão da língua por si só não é um mero instrumento reprodutor de símbolos, uma vez que estes possuem significados e intencionalidades, carregando consigo funções, seja de comunicação, organização ou mesmo de transmissão. Dessa forma, a língua carrega em si um poderoso meio de identidade de uma população e de sua cultura, sendo assim um alvo potencial das relações de poder.

É evidente que as relações de poder que envolvem a língua são de suma importância para a constituição de um território, em que um grupo dominante impõe seu modo de produção e consumo, organização, compreensão espaciotemporal e também impõe sua língua, visto que esta é criada no processo do trabalho que humaniza

o homem, além de ser o meio pelo qual a sociedade se expressa e compreende a realidade. Com isso em mente, deve ser questionado, como lembra Raffestin (1980), o motivo por que certas línguas como o inglês ocupam grandes espaços, enquanto o italiano é restrito a um espaço local. Trazendo essa discussão para a sociedade brasileira, por que no Brasil a língua portuguesa ocupa espaços enormes, enquanto o nheengatu e o dialeto caipira são marginalizados e até criminalizados na sociedade?

O nheengatu e o dialeto caipira são línguas criadas por meio do trabalho, da atividade produtiva humana com a natureza, esta enquanto categoria ontológica do ser. No processo de se tornarem seres humanos, os indivíduos atribuem significados e símbolos ao se expressarem e compreendem-se entre si por meio dessas formas de comunicação originadas dessa prática social. Assim, a língua desenvolve-se para que os povos superem dificuldades ou aprimorem suas habilidades, bem como expressem seus sentimentos e sensações, constituindo suas noções espaciotemporais de onde vivem. Todavia, a língua também se constitui como um elemento de legitimação territorial (Raffestin, 1980).

Parte-se do princípio de que a dominação da língua é fundamental para a constituição do território, pois é por meio dela que a sociedade expressa seus sentimentos, constrói significados e desenvolve noções espaciotemporais. A língua é um resultado direto do processo humanizador do homem pela natureza. A proposta do trabalho, então, é, por meio da análise do período pós-1808, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil colônia, refletir sobre a formação territorial brasileira considerando a língua como um importante recurso de dominação para a constituição e legitimação do território.

A língua tornou-se e torna-se importante para a formação territorial brasileira, considerando duas línguas desenvolvidas popularmente que foram criminalizadas, tanto popular quanto legalmente: o nheengatu e o dialeto caipira, em relação à língua portuguesa, atualmente considerada oficial no país. Portanto, esta pesquisa se justifica pela importância de discutir a formação territorial brasileira sob os diversos aspectos, pois é na compreensão dessa formação que se torna possível propor alternativas e caminhos diferentes, visando promover uma sociedade diversa e plural.

Sendo este trabalho resultado de uma reflexão teórica, com enfoque na formação do atual estado de coisas no território, considerando a realidade brasileira e utilizando a língua como perspectiva de análise, a metodologia de pesquisa foi dividida em duas partes: a primeira, com levantamento secundário (bibliográfico e documental) em livros e artigos que abordam o tema língua e território, assim como sobre o conceito de língua, o nheengatu e o dialeto caipira. Por fim, a segunda parte consistiu na análise e reflexão de todo o material, culminando na produção deste trabalho.

O texto final encontra-se organizado em partes. Além da introdução, parte na qual contempla-se a contextualização da temática, o objetivo, justificativa e metodologia, o conteúdo foi organizado de forma que se discuta inicialmente acerca do conceito de território, buscando uma concepção mais abrangente do conceito de território como meio de disputas sociais. Em seguida enfocam-se as dinâmicas de dominação, em se tratando do entendimento da formação territorial brasileira por meio da língua. E por fim, analisam-se as relações de poder estabelecidas na formação do território brasileiro frente à valorização e legitimação da língua portuguesa em detrimento do nheengatu e do dialeto caipira.

## **O conceito de território e as relações de poder: uma discussão a partir da língua**

O conceito de território, ao longo do tempo, tem sido objeto de reflexão para geógrafos como Milton Santos e David Harvey. Esses autores destacam a importância das relações de poder na construção do espaço vivido e na definição das dinâmicas territoriais. Nesta seção buscou-se explorar uma concepção mais abrangente do conceito de território como meio de disputas sociais.

Segundo Santos (1996), a territorialidade vai além das fronteiras físicas para abranger as relações sociais que moldam o espaço. Para o autor, o território é um produto das ações humanas, um espaço vivido, usado e permeado por significados e relações sociais. Nessa perspectiva o território é resultado de uma interação complexa entre diferentes atores sociais, culturas e forças econômicas (Santos, 1991; 1996).

Assim, o território não é apenas uma extensão física delimitada por fronteiras, mas um espaço vivido, usado, impregnado de significados e relações sociais. O território deve ser compreendido pela complexidade das interações humanas na construção do território, enfatizando a importância das práticas culturais e das diferentes formas de apropriação do espaço pelos diversos atores sociais (Santos, 1996).

Harvey (2005) destaca o papel do capitalismo na produção do espaço, argumentando que as relações de produção moldam as paisagens urbanas e rurais. O território para o autor seria como um espaço de luta pelo controle e para exploração dos recursos, onde o poder desempenha um papel central na definição de quem tem acesso aos benefícios do espaço (Harvey, 2005).

A ideia de acumulação por *despossessão*, Harvey (2004) destaca como certos grupos exercem poder para privar outros de seus recursos, influenciando a configuração territorial. Para Harvey, então, o território é moldado pelas relações de produção, sendo uma arena onde se desenrolam lutas pelo controle e exploração dos recursos. A acumulação por *despossessão* evidencia como determinados grupos exercem poder para privar outros de seus recursos, configurando as dinâmicas territoriais como resultados de uma luta constante pelo domínio econômico (Harvey, 2004).

Para, além disso, Harvey (1992) argumenta que as concepções de tempo e espaço são elementos fundamentais na construção do território e das dinâmicas sociais. Harvey (1992) pontua que as classes sociais não apenas ocupam posições distintas na estrutura econômica, mas, também, desenvolvem e perpetuam visões particulares de tempo e espaço que moldam suas realidades. Essas concepções, segundo o autor, transcendem o âmbito meramente geográfico, permeando todas as esferas da vida social, política, econômica, cultural e ideológico.

Assim, segundo Harvey (1992), as classes sociais não apenas experimentam o tempo e o espaço de maneiras diferentes, mas também constroem perspectivas próprias que legitimam suas posições na sociedade. O território então é criado e gerido por uma classe que impõe sua visão específica de como o tempo e o espaço devem ser organizados e percebidos. Essa construção atua como um mecanismo de reprodução da ordem social existente, uma vez que a imposição dessas concepções contribui para a reprodução da hegemonia de uma classe sobre as demais.

Nesse sentido, o território não é simplesmente um espaço físico delimitado, mas sim um produto das relações de poder que

moldam a experiência coletiva do tempo e do espaço. A hegemonia de uma classe se manifesta na imposição de sua visão de mundo, sua narrativa temporal e espacial, sobre o conjunto da sociedade (Harvey, 1992).

Essa imposição não é apenas uma questão abstrata; ela tem implicações práticas nas instituições, nas estruturas econômicas e nas relações sociais. A classe dominante não apenas controla os meios de produção, mas também dita as normas temporais e espaciais que orientam as práticas sociais (Harvey, 1992).

As consequências dessa imposição são vastas, influenciando desde as práticas econômicas até as formas de expressão cultural e artística. A visão de tempo e espaço de uma classe determina a agenda política, os valores culturais e as ideias predominantes na sociedade. A narrativa temporal e espacial hegemônica legitima as estruturas de poder existentes, consolidando a ordem social e garantindo a reprodução das relações de classe. A configuração do território, nesse contexto, é mais do que a demarcação geográfica, trata-se da imposição de uma visão específica de tempo e espaço que serve como instrumento de controle e legitimação da ordem social estabelecida (Harvey, 1992).

Refletindo sobre essas ideias, pode-se considerar que o território não é apenas um espaço físico, mas uma construção social e política. As relações de poder moldam a distribuição de recursos, a acessibilidade ao espaço e a capacidade das comunidades de influenciarem suas próprias condições de vida. Bem como a imposição de uma das variantes da língua como norma a todos os indivíduos (uma vez que uma língua natural com muitos falantes tem as suas variantes diatópicas, diastráticas e diafásicas em sua própria sincronia), de culturas dominantes e a marginalização de

outras podem ser entendidas como estratégias de poder que se manifestam no território (Harvey, 1992; 2004; 2005; Santos, 1991, 1996; 2008).

Além disso, com a globalização e a expansão do capitalismo contemporâneo foi introduzindo novas dimensões nas dinâmicas territoriais, desafiando as concepções tradicionais. As mudanças, a mobilidade global e as tecnologias de comunicação transformam a forma como se percebe e se vivencia o território.

Neste sentido, o conceito de território é intrinsecamente ligado às relações de poder, e sua compreensão exige uma análise multifacetada que leve em conta as dimensões sociais, econômicas e políticas que o permeiam. A compreensão desse conceito deve ser entendida enquanto que o território é um espaço complexo, onde as relações de poder desempenham um papel crucial na sua formação e transformação ao longo do tempo.

Ao problematizar o conceito de território, percebe-se que a imposição linguística é também um componente sutil, mas poderoso, nas dinâmicas territoriais. A homogeneização linguística, muitas vezes associada ao processo de colonização, pode marginalizar línguas locais, silenciando expressões culturais e modos de vida específicos. A imposição de uma língua dominante não apenas reflete relações de poder, mas também contribui para a perpetuação de desigualdades, limitando a diversidade linguística e cultural no território (Raffestin, 1980).

Entendido assim, a compreensão do território como produzido a partir das relações de poder necessita incorporar a dimensão linguística. A imposição de línguas dominantes não é apenas uma questão de comunicação, mas uma estratégia de controle que afeta a identidade, a cultura e as relações sociais dos grupos

presentes no território. Assim, ao se considerar a língua como um elemento crucial nas dinâmicas territoriais se possibilita uma compreensão mais abrangente das complexidades que permeiam a construção e a disputa pelo território. Esse olhar integrado nos instiga a repensar não apenas as estruturas de poder, mas também os meios pelos quais essas estruturas se manifestam na linguagem e na diversidade cultural (Raffestin, 1980).

Incorporando à discussão o elemento denominado aqui de imposição linguística, torna-se evidente que esse fenômeno vai além da mera comunicação. A imposição de uma língua dominante não é apenas uma questão técnica, mas uma estratégia complexa que molda a percepção do território, consolidando hierarquias culturais e sociais. A colonização, em particular, desempenhou um papel crucial nesse processo, estabelecendo línguas coloniais como instrumentos de controle e dominação. A homogeneização linguística, muitas vezes forçada, não apenas marginaliza línguas locais, mas também impõe uma narrativa única sobre a história, identidade e valores presentes no território. A diversidade linguística, entendida aqui enquanto reflexo da riqueza cultural de uma região, acaba sendo suprimida e perpetua-se a ideia de que uma única língua é mais válida, mais civilizada (Martins, 2020).

Além disso, a imposição linguística cria barreiras para a participação efetiva na sociedade. Aqueles cujas línguas não são reconhecidas ou são marginalizadas encontram-se em desvantagem em termos de acesso à educação, oportunidades de emprego e participação política. Isso contribui para a perpetuação de desigualdades socioeconômicas, uma vez que a língua se torna um critério discriminatório (Raffestin, 1980).

A diversidade linguística não é apenas uma manifestação cultural, mas uma expressão da pluralidade de conhecimentos e formas de compreender o mundo. A imposição de uma língua única é, portanto, uma limitação à riqueza de perspectivas presentes no território. A pluralidade linguística é uma fonte de inovação, criatividade e compreensão mais profunda da diversidade humana.

O reconhecimento da importância da diversidade linguística e o questionamento das práticas de imposição linguística abrem caminho para uma abordagem mais inclusiva e justa do território. A promoção da diversidade linguística não é apenas um ato cultural, mas uma iniciativa que desafia as estruturas de poder, buscando dar voz a todos os grupos que compõem o tecido social de um território.

A reflexão sobre as concepções de território leva a considerar não apenas como as línguas moldam o território, mas também como a diversidade linguística pode ser um elemento transformador nas dinâmicas territoriais. A resistência à imposição linguística é, em última instância, uma resistência ao controle e à homogeneização cultural, abrindo espaço para a construção de territórios mais inclusivos e verdadeiramente representativos de suas múltiplas identidades.

Na seção abaixo problematizou-se de forma mais específica como a dinâmica de dominação linguística se manifesta na formação territorial, trazendo para as reflexões o caso brasileiro.

### **As dinâmicas de dominação na análise da formação territorial brasileira por meio da língua**

A formação da língua coincide com a própria formação do ser humano. Marx (2010), nos Manuscritos de 1844, defende que o

homem deve ser compreendido enquanto ser humano e torna-se humano pelo processo do trabalho.

Nessa perspectiva, trabalho não deve ser entendido como emprego ou trabalho assalariado, mas sim analisado como categoria ontológica do ser, ou seja, algo relacionado ao ser em si mesmo. O trabalho é visto como uma atividade produtiva que humaniza o homem, desempenhando um papel crucial nesse processo, com a natureza desempenhando um papel importante.

É por meio da atividade produtiva, entendida como trabalho na natureza, que o homem se humaniza (Marx, 2010). Essa atividade, aplicada aos elementos naturais, faz com que o homem produza valor, que é incorporado em si mesmo, contribuindo para o desenvolvimento de novas capacidades e habilidades. Além disso, o ser humano obtém benefícios diretos do seu trabalho (Marx, 2010). Nesse caminho, ao transformar a natureza por meio da atividade produtiva, o ser humano também se transforma, desenvolvendo habilidades, percepções, sentimentos, valores e a necessidade de se comunicar por meio de linguagens e da língua (Raffestin, 1980).

Assim sendo, a língua possui um valor simbólico fundamental na constituição do ser humano. É por meio da língua que se torna possível atribuir significados ao ambiente em que se vive, desenvolvendo e propagando concepções de espaço-tempo por meio de mensagens. Cada comunidade desenvolve sua língua de acordo com suas compreensões da realidade e necessidades, utilizando-a para mediar as relações políticas, econômicas, sociais e culturais em um determinado espaço e tempo (Raffestin, 1980).

Deve-se compreender que a língua não é apenas um instrumento reprodutor de símbolos, uma vez que estes possuem significados e intencionalidades desenvolvidos pelas relações de

trabalho. Os símbolos carregam funções, como comunicação, organização e transmissão de ideias, símbolos e aspectos da constituição humana. A língua, portanto, representa um meio poderoso de identidade de uma população e de sua cultura, tornando-se um alvo potencial das relações de poder na constituição de um território (Raffestin, 1980).

Dessa forma, as relações de poder, especialmente no que diz respeito à língua, tornam-se cruciais na constituição de um território. Na busca por legitimação em um espaço, um grupo dominante impõe seu modo de produção, consumo, concepção de relações de trabalho e espaço-tempo, além de impor sua língua. Isso levanta a problematização de por que certas línguas, como o inglês, ocupam vastos espaços, enquanto outras são restritas a espaços locais.

No contexto socioespacial brasileiro, tem-se a questão de por que o português ocupa todo o território brasileiro, enquanto o nheengatu e o dialeto caipira eram tratados por grupos pertencentes à classe dominante como formas inferiores e erradas de falar no Brasil.

Uma possível explicação para tal fato encontra-se no próprio processo de formação territorial brasileira. Desde 1500, a data oficial do início da invasão por Portugal no Brasil, este território perdeu inúmeras características culturais daquilo que lhe pertencia e que o constituía até então. As sociedades indígenas foram sendo dizimadas, múltiplas concepções de mundo, compreensões espaciotemporais, a relação homem-natureza e as diversas línguas que faziam parte do território brasileiro foram desaparecendo intencionalmente, dado o processo violento de ocupação realizado pelos portugueses. Os estilos de vida alternativos, contrários, com outra racionalidade e outra forma de ser e estar no mundo, em

comparação aos dos povos europeus (estes com outra base de produção), foram ficando menos recorrentes no espaço e no tempo, com suas diversas peculiaridades e humanidades exterminadas pelos europeus que viam essas terras como uma colônia de exploração (Martins, 2020; Souza, 2020).

Salienta-se, assim, que esse extermínio de povos com outras compreensões espaciotemporais fez parte do processo de dominação que Portugal buscava para essa parte de seu território. Na busca por dominar o espaço e incorporá-lo como parte de seu território, Portugal justifica ter imposto no Brasil suas concepções e noções de espaço-tempo, impondo também sua linguagem e entendimento da realidade, uma vez que a língua se torna um recurso importante para expressão e vivência, sendo um dos elementos essenciais para a constituição e afirmação do território. Com esses aspectos, afirmam-se as compreensões territoriais, onde, por meio das relações de poder, as concepções dos dominantes são impostas aos dominados, homogeneizando a percepção de ser e estar espaciotemporal de uma dada sociedade e legitimando a constituição do território (Martins, 2020; Souza, 2020; Raffestin, 1980).

Mesmo com o extermínio já citado dos povos indígenas, em 1808, com a chegada da coroa portuguesa no Brasil, fugida de Napoleão Bonaparte, a relação com o território brasileiro foi intensificada. Antes visto como uma colônia, o Brasil passou a ser a sede do governo do reino de Brasil, Portugal e Algarve (Gomes, 2014). O território brasileiro passou a ser ainda mais dominado e consolidado, segundo as concepções da elite dominante (a portuguesa), composta pelas elites locais brasileiras da época, incluindo o baronato, as elites da corte e do clero.

Nesse caminho, dominar o território significava homogeneizá-lo segundo a concepção da elite dominante. Elementos tidos como oficiais pela Corte portuguesa são impostos, pois são por meio deles que o território invadido se torna legítimo como seu. A língua, as compreensões de espaço-tempo e os diferentes povos tornam-se segmentos importantes a serem dominados pelos portugueses, visando a assegurar que o Brasil, reivindicado como seu, seria o que desejavam que fosse atendendo aos seus interesses.

Mesmo sendo línguas desenvolvidas pela vivência popular e ainda utilizadas nos rincões brasileiros, o nheengatu e o dialeto caipira foram variantes linguísticas desenvolvidas pelo trabalho do povo dominado e sua relação dialética com a natureza. Suas características fonéticas não importam nesta análise, muito menos qualquer julgamento estético linguístico. O que se torna importante é compreender como os povos caboclos e indígenas constituíram-se como fruto de sua atividade produtiva, desenvolvendo com ela habilidades, necessidades, complexidades, estilos de vida, língua e formas de expressão, e como isso foi retaliado pelas elites do Brasil da época para a constituição do território.

O dialeto caipira é uma variação regional do português falado em várias porções do Brasil, notadamente nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Norte do Paraná. O dialeto tem diferentes características fonéticas, morfológicas e léxicas, sendo uma das mais marcantes a pronúncia do "r" retroflexo no final das palavras, como em "portar" pronunciado como "portá" (Plaza, 2019; Hautz, 2021).

Além disso, as simplificações na conjugação verbal são comuns, especialmente a preferência pelo uso da terceira pessoa do singular em vez da primeira do plural, como em "a gente vai" em vez

de "nós vamos". A grande mídia e a cultura popular frequentemente retratam falantes do dialeto caipira de maneira estereotipada, como pessoas pobres, simples, rústicas ou ingênuas. Essas representações reforçam preconceitos e contribuem para a marginalização simbólica do dialeto e cria uma percepção de que o dialeto caipira é "errado" ou "inferior", influenciando negativamente a autoimagem e o prestígio social dos falantes (Martins, 2020).

Já o nheengatu é uma língua derivada do Tupi que teve grande influência durante o período colonial e ainda é falada por algumas comunidades na porção do Rio Negro, no Brasil. Este idioma possui uma fonologia mais simplória do que a do português, com um sistema de vogais e consoantes reduzidos, caracterizando-se como uma língua aglutinante, onde as palavras são formadas pela junção de diferentes morfemas, permitindo uma construção flexível e rica de palavras e expressões.

O nheengatu e o dialeto caipira foram línguas criadas por meio do trabalho, da atividade humana com a natureza, enquanto categoria ontológica do ser. Ao se constituírem como seres humanos, desenvolveram significados e símbolos que expressavam por meio dessas formas de comunicação criadas por essa prática social. Assim, a língua evoluiu para que os povos superassem dificuldades, aprimorassem habilidades e expressassem sentimentos e sensações, constituindo suas noções espaço-temporais de onde viviam.

Afirma-se, dessa forma, que o nheengatu e o dialeto caipira não são apenas linguagens ou formas de comunicação, mas estão intrinsecamente relacionados à própria compreensão do ser de um povo. Essas línguas carregam consigo, além do entendimento de espaço e tempo, a compreensão do homem enquanto homem, pois é por meio delas que se expressa o fruto do trabalho que humaniza,

assim, a língua passa ser elemento estruturante da formação de um território, ao mesmo tempo em que as relações de poder acerca delas influenciam na construção territorial e explicitam a dominação de classe. Como será discutido na seção a seguir, no Brasil, travaram-se disputas entre classes que tinham como língua o nheengatu, o dialeto caipira e a língua portuguesa.

### **As relações de poder entre nheengatu, o dialeto caipira e a língua portuguesa na formação do território brasileiro**

Com a chegada da corte portuguesa no Brasil e a busca por aplicar aqui seus interesses voltados ao desenvolvimento econômico capitalista, o Brasil país, aos olhos dos dominantes, deveria ser inserido na modernidade. Como estrutura social, essa modernidade deve ser compreendida como a estruturação de um ideário, uma concepção espaciotemporal que influencia diretamente as concepções políticas, sociais e econômicas, carregando os ideais do capitalismo europeu. A modernidade é constituída pela ideia de homogeneidade, racionalidade, normas, padrões a serem seguidos e harmonia, tudo voltado para atender aos interesses da reprodução do capital (Harvey, 1992).

Diante do cenário de fuga e crise enfrentado pelo império português, a dominação do Brasil tornou-se crucial para a manutenção do império. Dominar significava também controlar as línguas existentes no território, pois ao fazê-lo, controlava-se a maneira como a população expressava sentimentos, sensações e relações, além de que a homogeneidade era vital para a reprodução do modo de produção capitalista.

Nesse contexto, as línguas genuinamente brasileiras, utilizadas pelos brasileiros de origem ibérica como língua cotidiana

até o século XVIII, foram proibidas pelo rei de Portugal, caso do nheegatu e da criminalização simbólica que passou o dialeto caipira. Mesmo assim, continuaram sendo faladas, tornando-se também um símbolo de resistência à dominação da corte e da sociedade capitalista (Martins, 2020).

A proibição do uso do nheengatu representa a institucionalização nas leis do Estado das relações de poder que governam o território, legitimando uma língua em detrimento de outra e criminalizando, no imaginário social, a diferença que caracteriza outros povos. Nesse sentido, a compreensão espaciotemporal desenvolvida e difundida pela estrutura social segue aquela imposta pelas elites dominantes. A língua portuguesa passou a ser, assim, sinônimo de modernidade, correção e sucesso social, possuí-la era reproduzir o sucesso da elite dominante, mesmo sem ser parte dela. Já o nheengatu e o dialeto caipira tornam-se associados ao atraso, à informalidade e à falta de valor social, segundo os interesses dominantes do capital (Martins, 2020).

Essa problemática em questão pode ser percebida através das informações divulgadas pelos meios de comunicação, as quais, ao serem amplamente difundidas, tornam-se aceitas como corretas pelo conjunto da sociedade. As pessoas, desde cedo, são orientadas a reproduzi-las. Os interesses da elite dominante conseguem, dessa forma, penetrar o espaço e estabelecer a homogeneidade da concepção espaciotemporal, a do capital, que constitui, assim, o seu território. Essa legitimação se manifesta em várias instituições sociais, as quais, ao longo do tempo, acabam sendo naturalizadas, consideradas como expressões espontâneas da natureza e não mais percebidas como impostas dentro das relações de poder entre as classes sociais.

No entanto, é importante considerar que a imposição de uma nova compreensão do espaço-tempo, por meio da língua, destrói a própria percepção do ser enquanto ser. Uma vez afastado de sua língua, aquilo que é fruto de sua atividade produtiva na natureza, e que o constitui como ser humano, o sujeito em questão passa a reproduzir o ideário dominante que não lhe é próprio, deixando de ser quem é e perdendo sua identidade.

Dentro da perspectiva da propriedade privada na sociedade moderna capitalista, essa situação se expressa como uma negação da própria essência. Marx (2010), nos Manuscritos de 1844, desenvolve a ideia de que a propriedade privada gera o aspecto econômico e político da alienação. A alienação ocorre quando o ser humano não se reconhece em sua própria natureza, na atividade que realiza, na espécie humana e na relação com os outros. Esse processo acontece através da propriedade privada, que nega a essência humana. No modo de produção capitalista, o homem se aliena ao desenvolver sua atividade produtiva apenas visando o salário que recebe (Marx, 2010).

Assim, o trabalho deixa de ser uma categoria ontológica na formação do homem enquanto ser humano e se transforma em um mero meio de assegurar a subsistência. O trabalho deixa de ser aquilo que desenvolve habilidades, percepções, sentimentos e sensações, tornando-se apenas o meio para garantir o salário necessário para a manutenção da vida. O trabalho não é mais para o desenvolvimento e humanização do indivíduo, mas sim para a obtenção do salário que possibilitará a compra dos bens essenciais para a sobrevivência. Nesse contexto, o trabalho deixa de ser algo próprio do indivíduo, sendo vendido a um terceiro em troca de dinheiro (Marx, 2010).

Nesse percurso, o domínio da língua se torna fundamental para a difusão em larga escala da compreensão espaciotemporal do trabalho conforme os princípios capitalistas. Essa foi a justificativa para que o rei de Portugal e as elites proibissem, nessas terras, as línguas usadas e criadas pelo povo que aqui vivia e que se constituíam pelo seu trabalho. A homogeneização e a institucionalização levariam muitos a reproduzir o ideário dominante do capital, marginalizando socialmente outros tantos e, por fim, desumanizando uma parte significativa da sociedade.

O Brasil que atualmente agride os povos indígenas e destrói a diversidade dos biomas pantaneiro e amazônico, ceifa a vida de trabalhadores no campo e na cidade, principalmente negros, mata mulheres e impõe o neoliberalismo mais cruel, é o mesmo Brasil que impôs a dominação e unificação da língua, marginalizando aqueles que tinham suas próprias línguas e se constituíam a partir delas.

Diante disso, é importante valorizar a resistência do povo caboclo, do caipira com seu dialeto e dos povos indígenas com o nheengatu e outras tantas línguas faladas por diferentes etnias. Mesmo marginalizados pela sociedade capitalista que se estabeleceu no Brasil, eles resistem e constroem modos de vida e compreensões espaciotemporais distintas daquelas do capital. Através do trabalho, esses grupos humanizam-se e desenvolvem-se como seres humanos, fugindo da busca incessante pelo lucro propagada pela modernidade e pela sociedade capitalista.

Concluindo as discussões, observamos que a imposição da língua como instrumento de dominação no contexto brasileiro não é um fenômeno isolado no tempo, mas está intrinsecamente ligada às dinâmicas sociais, políticas e econômicas do país. O Brasil contemporâneo, que enfrenta desafios complexos relacionados à

degradação ambiental, desigualdade social e violações de direitos humanos, tem suas raízes em processos históricos de colonização, exploração e imposição cultural.

A dominação da língua está entrelaçada com a construção de um modelo social, político e econômico que marginaliza e oprime determinados grupos, em especial os povos indígenas, caboclos e caipiras. A resistência desses grupos, manifestada através de suas línguas, dialetos e modos de vida distintos, representa uma contranarrativa à hegemonia cultural imposta.

A valorização da diversidade linguística e cultural é fundamental para a compreensão plena da identidade brasileira. A imposição de uma única língua e a marginalização daquelas que divergem desse padrão contribuem para a perpetuação de desigualdades e injustiças sociais. Ao reconhecer e valorizar a resistência desses grupos, contribuimos para a construção de uma narrativa inclusiva e respeitosa, que celebra a riqueza da diversidade cultural e linguística do Brasil.

Assim, é imperativo refletir sobre as implicações sociais da imposição linguística, entendendo-a como parte de um processo mais amplo de construção e manutenção de relações de poder. A promoção de políticas linguísticas inclusivas e o respeito pela diversidade cultural são passos cruciais na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Essa reflexão nos convida a repensar não apenas as formas de comunicação, mas também as estruturas de poder que moldam a sociedade brasileira.

**Para não concluir**

Ao se revisitar as relações de poder entre as línguas nheengatu, o dialeto caipira e a língua portuguesa na formação do território brasileiro, é inegável perceber a profunda influência que a imposição linguística exerceu sobre a configuração sociocultural do país. As dinâmicas territoriais, marcadas pela colonização, impuseram a hegemonia da língua portuguesa como instrumento de controle e legitimação das estruturas de poder.

O nheengatu e o dialeto caipira, línguas desenvolvidas organicamente pela vivência popular, representam resistências culturais que emergiram da relação dialética entre o ser humano e a natureza. Contudo, a imposição da língua portuguesa, motivada por interesses coloniais e, posteriormente, pela consolidação do território sob a ótica da elite dominante, marginalizou essas expressões linguísticas, relegando-as a espaços locais e conferindo à língua portuguesa um estatuto de poder e modernidade.

A contemporaneidade apresenta um cenário alarmante de extermínio dos povos indígenas e a consolidação de uma lógica neoliberal que mercantiliza a vida cotidiana. A relação entre poder, língua e território torna-se ainda mais evidente nesse contexto. O uso da língua como instrumento de dominação e homogeneização cultural reflete-se nas políticas que negligenciam a diversidade linguística e cultural, contribuindo para a marginalização de grupos étnicos e reforçando desigualdades estruturais.

O ato de subjugar e até mesmo exterminar povos indígenas, que são detentores de línguas próprias e concepções espaciotemporais singulares, representa uma continuidade histórica de imposição de uma visão hegemônica sobre o território. A lógica neoliberal, ao mercantilizar a vida cotidiana e priorizar interesses econômicos em detrimento do bem-estar social e ambiental, perpetua

as desigualdades e a dominação, refletindo-se na estrutura linguística e territorial do país.

A resistência da língua nheengatu e do dialeto caipira, apesar das adversidades históricas, representa a resiliência de comunidades que buscam preservar suas identidades e modos de vida. Essas línguas não são apenas meios de comunicação; são veículos de expressão cultural, transmitindo tradições, valores e visões de mundo específicas desses grupos. A luta pela preservação dessas línguas é, portanto, um ato de resistência contra a homogeneização cultural imposta.

O atual cenário brasileiro, marcado pela continuidade do extermínio dos povos indígenas e pela lógica neoliberal, destaca a urgência de repensar as relações de poder que moldam o território. A mercantilização da vida cotidiana, associada a políticas que negligenciam a diversidade linguística e cultural, contribui para a perpetuação de desigualdades sociais e ambientais. É necessário questionar essas estruturas que colocam em segundo plano as vozes marginalizadas, relegando-as a espaços de invisibilidade e desvantagem.

A imposição linguística, nesse contexto, não é apenas uma questão de gramática ou vocabulário; é um instrumento de controle que molda a forma como percebemos o mundo e nos relacionamos com ele. A hegemonia da língua portuguesa, embora seja uma realidade histórica, não deve ser aceita como um destino inevitável. A busca por uma sociedade mais justa e equitativa exige a promoção ativa da diversidade linguística, reconhecendo as línguas minoritárias como patrimônios valiosos e indispensáveis na construção de um território verdadeiramente plural.

A preservação das línguas indígenas e do dialeto caipira não é apenas uma questão de memória histórica, mas uma estratégia para construir futuros mais inclusivos. As comunidades que resistem às pressões da homogeneização linguística estão, simultaneamente, desafiando as estruturas de poder que marginalizam e apagam suas identidades. Essa resistência aponta para a necessidade de uma revisão profunda das políticas públicas, promovendo o ensino e o reconhecimento dessas línguas, não apenas como um ato de preservação cultural, mas como uma ação de reparação e justiça.

Neste contexto, é imperativo reconhecer a importância da preservação das línguas e culturas marginalizadas como forma de resistência e construção de um território mais inclusivo e diversificado. A diversidade linguística e cultural não é apenas um patrimônio a ser preservado, mas uma força transformadora que desafia as relações de poder estabelecidas e promove a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Em síntese, a compreensão das relações de poder entre as línguas na formação do território brasileiro não deve ser dissociada do contexto contemporâneo. A luta pela preservação das línguas marginalizadas e o repúdio ao extermínio dos povos indígenas são atos fundamentais na desconstrução das estruturas que perpetuam a dominação. É um chamado para a valorização da diversidade linguística como um componente essencial na construção de um território que celebra a riqueza de suas múltiplas identidades.

Portanto, as perspectivas futuras para o território brasileiro devem incluir um compromisso renovado com a diversidade linguística e cultural. A promoção de políticas educacionais que valorizem e incluam todas as línguas, o estímulo à pesquisa e documentação das línguas minoritárias, bem como o reconhecimento

formal e institucional dessas línguas, são passos cruciais para construir uma sociedade que celebre a riqueza de suas diferenças.

## Referências

- GOMES, L. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2014.
- HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HAUTZ, E. A. **A origem do R caipira no Português do Brasil**. 2021. 94 f. Dissertação (Mestrado em Letras), Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/19001/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Elizabeth%20Aparecida%20Hautz%20-%202021%20-%20Completa.pdf> Acesso em: 10 de maio de 2024.
- MARTINS, J. de S. **O senso comum e a vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2020.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- PLAZA, L. S. **O dialeto caipira no município de Itatiba-SP**. 2019. 269 f. Dissertação (Mestrado em Linguística), Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2019.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ativa, 1980.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. 13ª ed. São Paulo: Nobel, 2008
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B.; CARLOS, A. F. **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2020.

Submetido em: 02 de abril de 2024

Devolvido para revisão em: 06 de maio de 2024

Aprovado em: 17 de maio de 2024

**DOI:** [https://doi.org/10.62516/terra\\_livre.2023.3392](https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3392)

#### COMO CITAR

SOUZA FILHO, O. F. de, VEIGA L. A. A língua brasileira e a configuração do território: as relações de poder entre Nheengatu, o dialeto Caipira e a Língua Portuguesa. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 360-385. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3392>. Acesso em: dd/mm/aaaa.